



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Curso Secundário

Ministério da Educação e Cultura - Dir. do Ensino Secundário

C. B. P. E.

O GINÁSIO MENOR

DISTRIBUIÇÃO

SP - 2

8 - 2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

As inspetorias Seccionais para ampla divulgação na imprensa e junto aos Governos Estaduais e Municipais

O GINÁSIO MENOR

(TRONCO COMUM DA ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO)

Faixa de articulação entre a escola primária e a escola média.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de maneira implícita, mas bem incisiva, distribuiu os anos escolares dos cursos de 2º grau em quatro etapas. Em primeiro lugar, conservou a divisão tradicional de 1º (ginasial) e 2º (colegial) ciclos, resquício do antigo curso complementar quando o curso secundário era chamado de "fundamental". No 1º ciclo (ginasial) a lei manda distinguir, porém a 1ª e 2ª séries (que vamos chamar, para efeito estatísticos de GINÁSIO MENOR).

É o TRONCO COMUM para todos os ramos de ensino médio. Divide, assim, o curso ginasial em dois sub-ciclos ou etapas bem característicos: o GINÁSIO MENOR (tronco comum, constituído da 1ª e 2ª séries) e o GINÁSIO MAIOR (diversificado, constituído da 3ª e 4ª séries). No curso colegial, por sua vez, manda a LDBEN distinguir, nitidamente, a 3ª (ou 4ª) série que passa a ser propedéutica, podendo, inclusive, transformar-se em COLÉGIO UNIVERSITÁRIO, inserida na própria universidade. O 2º ciclo fica assim dividido entre esta série (ou séries) propedéutica e o curso comum constituído da 1ª e 2ª séries colegiais, uma espécie de continuação lógica da 3ª e 4ª séries ginasiais. A bem dizer, as expressões GINÁSIO e COLÉGIO, com relação ao curso secundário propriamente dito, não tem mais sentido absoluto, vez que é a própria lei que, em cada ciclo, distingue sub-ciclos com características tão marcantes e de carácter tão objetivo e adequado os problemas de escolarização da juventude, neste momento nacional, que a divisão tradicional conservada na lei, será, fatalmente, superada pelos acontecimentos. Pode-se, pois dentro da mais rigorosa hermenéutica, encontrar na LDBEN uma nova divisão de ciclos :

- 1º - TRONCO COMUM - constituído da 1ª e 2ª séries ginasiais (1ª e 2ª séries) (GINÁSIO MENOR) equivalente ao curso primário complementar (5ª e 6ª séries primárias) (escolarização mínima para todas as crianças brasileiras)

2º - CURSO SECUNDÁRIO - propriamente dito
(3ª e 4ª Ginasiais
e 1ª e 2ª Colegiais) - constituído da 3ª
e 4ª séries do cur
ginasial (GINÁSIO
MAIOR) - e das 1ª
e 2ª séries do cur
so colegial (COLÉ
GIO MENOR). (For
mação do cidadão-
orientação profis
sional).

3º - COLÉGIO UNIVERSITÁRIO - (ou pré-uni-
(3ª e 4ª colegial) versitário), cons-
tituído da 3ª sé-
rie colegial (po-
dendo ser acresci
do de outras séri
es) (Preparação es
pecífica para a
universidade).

Todas estas divisões não tem sentido senão quan
do favorecem a estolarização e facilitam a resolução dos pro
blemas do alunado. A maioria dos países não distingue, mais
hoje em dia, o curso elementar, do curso médio cu de 2º grau,
ambos destinados à maturação do ser humano em seu período de
crescimento. A distinção entre, a infância e a adolescência
de maneira tão formal que constitua um ciclo escolar típico
não tem fundamento científico. Uma criança de 8, 9, 10 e 11
anos de idade (escola primária) nada tem de fundamentalmente
diferente de uma de 10, 11 e 12 anos, de forma que justifi-
que que nestas idades a escola em que estão matriculados so-
fra quebra abrupta de continuidade ... Se há uma razão para
uma divisão do grau escolar assim incisiva, talvez devesse
ser feita lá pelos 13, 14 e 15 anos, quando começa a concluir
-se a maturidade psicológica e fisiológica do ser humano. As
pesquisas psicológicas reconhecem uma idade que vai até os
6, 7 e 8 anos, quando se inicia na criança o desenvolvimento
do pensamento operatorio concreto, fase que vai até os 13, 14
e 15 anos, quando este tipo de atividade mental passa a ser
predominantemente, hipotético dedutiva (abstrata).

As primeiras séries do curso de nível médio (2º
grau) são, pois, muito mais de grau elementar que secundário
e as primeiras séries do ciclo colegial são evidentemente, do
ciclo que se inicia o meio caminho do chamado curso ginásial.
A divisão implícita feita na LDBEN é, portanto, muito mais
científica que a que vem, explicitamente, como decorrência da
tradição, embora todas estas diferenças devam ser menos es-
truturais que "funcionais". O que muda é a forma de agir psi-
cológicamente, bastando, portanto, uma modificação didática
para atender à tipologia de cada nível de maturação. Os pla-
nejadores têm procurado, por todos os meios, aumentar a ESCO-
LARIDADE DO CURSO PRIMÁRIO, mas com a idéia de discriminar 7
dois tipos de estudantes: os que fazem o curso primário como
classe terminal, e os que fazem como meio de acesso ao curso
médio. É uma distinção, no mínimo, anacrônica. Em toda par-
te o que se fez foi a UNIFICAÇÃO dos dois graus de ensino fa-
lando-se menos em ciclos e cursos que em "escolarização" de
maneira genérica até determinada idade. Se se quer aumentar
a escolaridade, o lugar conveniente para estabelecer o pro-
longamento é, evidentemente no fim do ciclo de maturação: por

tanto, no fim do curso colegial. Outros entendem que é no curso superior que se deve criar um CICLO BÁSICO, agora de carácter nitidamente acadêmico sem mais preocupações de "MATURAÇÃO", QUE É A FINALIDADE DA ESCOLA ATÉ A ENTRADA NOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS.

Em vez, portanto, de inserir entre o primeiro e o ginásial uma cunha chamada 5ª e 6ª séries (complementares) o que se deve fazer, evidentemente é caracterizar as duas primeiras séries do ginásial como tipicamente primárias, vez que estão compreendidas no mesmo CICLO DE MATURAÇÃO. Por que um aluno, podendo ingressar na 1ª série ginásial, iria preferir a 5ª e 6ª séries primárias. A própria lei faz nítida discriminação contra estas séries (entrada na 2ª série ginásial em vez de entrada na 3ª série). Por outro lado, uma escola primária de seis anos com carácter terminal é evidentemente discriminatória sugerindo uma escola popular e dura de elite...

Ora, se a LDBEN permite marcada distinção entre as 1ª e 2ª séries ginásiais e a 3ª e 4ª séries, por que não aproveitar o favorecimento da lei para transformá-las em CONTINUAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA? Por que não dar à criança a escolaridade que a grande maioria considera o caminho natural para a ascensão aos vários graus escolares?

O Ginásio Menor, pois, é a forma mais adequada de aumentar a escolaridade no país, vez que é de somos chamar de ginásio (menor) a 5ª e 6ª primárias, forma que não está sendo aceita como melhor solução pelo povo. O GINÁSIO MENOR, do ponto de vista pedagógico, pois, terá o espírito da 5ª e 6ª séries primárias. Do ponto de vista estrutural, será o primeiro sub-ciclo da escola secundária. A DESOC agirá, na abertura dos Ginásios Menores, com o espírito voltado para os problemas do curso primário complementar, sempre interpretando os problemas por analogia, até que se quebre a barreira existente entre os dois graus de ensino. Assim, será a escola primária o lugar ideal para implantar o GINÁSIO MENOR, com o aproveitamento de capacidade ociosa por ventura existente no sistema escolar primário. Uma etapa do ginásio inserida na escola primária será a forma tão desejada de estabelecer uma articulação natural entre os dois níveis de ensino.

A realização do GINÁSIO MENOR, portanto, dá forma estrutural a dois aspectos básicos de LDBEN:

- a) Tronco Comum dos cursos médios (ideia que ainda não foi bem compreendida pelos educadores).
- b) Implantação da 5ª e 6ª séries primárias com a vantagem de transmitir ao curso complementar primário o prestígio social da escola secundária. Por outro lado, transpõe a dificuldade legal criada pelo texto da lei (que fez as duas séries complementares equivalerem, apenas à 1ª série ginásial, fato que dificulta a implantação do sistema). Os governos estaduais foram estimulados a colocar, nos melhores grupos escolares de cada região, o chamado ginásio menor,

em substituição a 5ª e 6ª séries primárias, naturalmente, sem criar dificuldades aos que optarem pela outra fórmula.

As Inspetorias Seccionais foram instruídas para criarem facilidades administrativa, dispensando, para este tipo de escola, a massa enorme de exigências burocráticas tradicionalmente impostas à abertura de escolas secundárias. Em tese, conceder-se-á autorização de funcionamento de ginásio menor em todo grupo escolar em que se admitiria o funcionamento 5ª e 6ª séries primárias, resolvendo-se todos os problemas de funcionamento mediante analogia com os curso complementar.

OBSERVAÇÃO I

Os sistemas que optarem pela solução "5ª e 6ª séries" (curso complementar) - devem atentar para a exigência da LDBEN que determina a realização de EXAME DE ADAPTAÇÃO para a entrada do aluno na 2ª série ginásial, mesmo que estas, séries sejam, rigorosamente idênticas, em seu currículo, à 1ª série ginásial.

OBSERVAÇÃO II

O curso primário - pela LDBEN, - É de quatro (4) anos. O aluno concluinte do 4º ano primário pode ingressar (sem exame de Admissão) na 1ª série ginásial. Se optar pela 5ª e 6ª séries (curso complementar) poderá, posteriormente (mediante exame de adaptação) ingressar na 2ª série ginásial.

SB/BTM

O investimento em educação - hoje considerado como fundamental e imprescindível para garantir as condições de DESENVOLVIMENTO - cruza-se com o investimento que visa à DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA, embora em certas áreas não se possa sequer distinguir se o objetivo preponderante é de desenvolvimento ou de democratização. O investimento por exemplo, no nível primário - quer em forma de escolarização das crianças de 7 a 11 anos, em forma de alfabetização e cultura popular - tanto serve aos objetivos de desenvolvimento como tal (cada vez mais um analfabeto tem menos oportunidade de trabalhar numa sociedade industrializada ...), como ao de democratização da cultura, vez que este nível cultural é o mínimo que se poderia dar a toda população de um país que aspira ao desenvolvimento. Não há, pois, como discutir, seja qual for o ângulo que se prefira, que o curso primário (para crianças e adultos) é uma exigência democrática universal e uma condição-imprescindível de desenvolvimento.

Outra área em que não há grandes divergências quanto ao investimento é a do ENSINO SUPERIOR. Se não pode ser posta como aspiração democrática o curso superior para todos, etapa que só seria atingida como desejável nas sociedades altamente desenvolvidas (se é que já existe país nestas condições ...), já não há dúvida de que o desenvolvimento exige vasto investimento nesta área para garantir a MÃO DE OBRA DE ALTO NÍVEL necessário aos processos tecnológicos de alta complexidade implícitos da industrialização. Não discutimos se no caso brasileiro o ensino superior está atento a este objetivo de desenvolvimento ou se está alienado em uma "torre de marfim" de academicismo. Se ele não cumpre sua tarefa no esforço do desenvolvimento, as empresas e as instituições fazem o investimento fora do sistema universitário ortodoxo, como acontece com a formação de economistas nos cursos da CEPAL.

Com relação ao curso MÉDIO temos duas áreas: o 1º ciclo e o 2º ciclo. Quanto ao 2º ciclo, podemos encarar o problema sob dois ângulos: a) o das escolas técnicas de formação de TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO, altamente necessários ao desenvolvimento e fonte natural de recrutamento do pessoal para o ensino superior; b) o das escolas acadêmicas (cursos colegiais) cuja destinação é exclusivamente a de preparação para as escolas superiores tradicionais, nem sempre a altura desta tarefa. Evidentemente, não sendo área de popularização como fenômeno de aspiração democrática, tudo leva a crer que o investimento deveria ser na área das escolas técnicas que cumpre os dois objetivos: formação de técnico de nível médio e acesso à Universidade. Quanto ao PRIMEIRO CICLO (curso ginásial), as opiniões se dividem? É uma área popularizável? O povo brasileiro já exige escolas média de segundo ciclo para todos os adolescentes? É um fator necessário de produção?

A solução encontrada foi: 1º - Fazer o ginásio secundário - tender para a produção e o encaminhamento profissional (GINÁSIO MODER

O investimento em educação - hoje considerado como fundamental e imprescindível para garantir as condições de DESENVOLVIMENTO - cruza-se com o investimento que visa à DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA, em bora em certas áreas não se possa sequer distinguir se o objetivo prevalente é de desenvolvimento ou de democratização. O investimento por exemplo, no nível primário - quer em forma de escolarização das crianças de 7 a 11 anos, em forma de alfabetização e cultura popular - tanto serve aos objetivos de desenvolvimento como tal (cada vez mais um analfabeto tem menos oportunidade de trabalhar numa sociedade industrializada ...), como ao de democratização da cultura, vez que este nível cultural é o mínimo que se poderia dar a toda população de um país que aspira ao desenvolvimento. Não há, pois, como discutir, seja qual fôr o ângulo que se prefira, que o curso primário (para crianças e adultos) é uma exigência democrática universal e uma condição-imprescindível de desenvolvimento.

Outra área em que não há grandes divergências quanto ao investimento é a do ENSINO SUPERIOR. Se não pode ser posta como aspiração democrática o curso superior para todos, etapa que só seria atingida como desejável nas sociedades altamente desenvolvidas (se é que já existe país nestas condições ...), já não há dúvida de que o desenvolvimento exige vasto investimento nesta área para garantir a MÃO DE OBRA DE ALTO NÍVEL necessário aos processos tecnológicos de alta complexidade implícitos da industrialização. Não discutimos se no caso brasileiro o ensino superior está atento a este objetivo de desenvolvimento ou se está alienado em uma "torre de marfim" de academicismo. Se ele não cumpre sua tarefa no esforço do desenvolvimento, as empresas e as instituições fazem o investimento fora do sistema universitário ortodoxo, como acontece com a formação de economistas nos cursos da CEPAL.

Com relação ao curso MÉDIO temos duas áreas: o 1º ciclo e o 2º ciclo. Quanto ao 2º ciclo, podemos encarar o problema sob dois ângulos: a) o das escolas técnicas de formação de TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO, altamente necessários ao desenvolvimento e fonte natural de recrutamento do pessoal para o ensino superior; b) o das escolas acadêmicas (cursos colegiais) cuja destinação é exclusivamente a de preparação para as escolas superiores tradicionais, nem sempre a altura desta tarefa. Evidentemente, não sendo área de popularização como fenômeno de aspiração democrática, tudo leva a crer que o investimento deveria ser na área das escolas técnicas que cumpre os dois objetivos: formação de técnico de nível médio e acesso à Universidade. Quanto ao PRIMEIRO CICLO (curso ginásial), as opiniões se dividem? É uma área popularizável? O povo brasileiro já exige escolas média de segundo ciclo para todos os adolescentes? É um fator necessário de produção?

A solução encontrada foi: 1º - Fazer o ginásio secundário - tender para a produção e o encaminhamento profissional (GINÁSIO MODERNO) e 2º - Popularizar, pelo menos, as duas primeiras séries do giná-

sio (GINÁSIO MENOR), como uma espécie de continuação natural do curso primário. Assim, atenderíamos, nesta arca discutível aos dois objetivos que aqui se cruzam exigindo uma série de opções e de soluções corajosas. O Ginásio Moderno é um ginásio que, além da cultura geral, preocupa--se também com o encaminhamento profissional. O Ginásio MENOR é a democratização de, pelo menos, uma parte do curso secundário.

Há anos tenta-se introduzir no país a 5a. e 6a. séries primárias. Como, porém, o aluno com um curso primário de quatro-séries pode ingressar no curso ginásial, não se vê porque deve fazer, espontaneamente, mais duas séries primárias. A própria LDBEN, em vez de fazer estas duas séries equivalerem, sem subterfúgios, às duas séries secundárias, determinou que o concludente da 6a. série pudesse - (mediante exame !) entrar na 2a. série ginásial. Não se compreende - bem o objetivo visado pela lei.

O GINÁSIO MENOR é uma solução corajosa e o rodeio para atingir o mesmo fim: permitir-se-á, nas escolas primárias onde - existe CAPACIDADE OCIOSA, a instalação de GINÁSIOS MEMORAIS (1a e 2a, séries) com o aproveitamento de professorado, instalações e equipamentos. Realmente ensinando-se nestas séries as mesmas disciplinas (em grau mais elevado) que são ensinadas no primário (vernáculo, matemática, ciências sociais, ciências naturais, praticas educativas), é - perfeitamente aceitável que estas séries ou este sub-ciclo seja uma continuação natural do curso primário com a vantagem de ser aceito sociologicamente pelo povo, o que não acontece com a 5a. e 6a. séries - primárias para as quais não há aptencias popular.

A divisão das escolas por GRAUS ESCOLARES (primário médio-superior) é um mero preconceito, uma tradição, que não deve impedir soluções heroicas. Aliás, é um desejo generalizado dos educadores que sejam quebrados estas barreiras.

Do ponto de vista legal a solução é perfeitamente - plausível : a LDBEN distingue, nitidamente, QUATRO CICLOS, embora se refira, expressamente, a apenas DOIS. AS DUAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO MÉDIO são destacadas, incisivamente, na lei e nos pareceres do CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Ali se diz que estas séries são comuns e nelas se estudarão as CINCO DISCIPLINAS OBRIGATORIAS.

Imagina-se que esta medida, tão simples, possa fazer entrar no curso médio, imediatamente, pelo menos um milhão de adolescentes (dos 12 milhões que a ela não tem acesso).

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

NOTAS SÔBRE O GINÁSIO MENOR

Carlos Frederico Maciel

A Lei nº 5695, que instituiu o Sistema Estadual de Educação, estabeleceu a possibilidade de funcionamento do "ginásio menor", no artigo 58, § 1º: - "é permitido o funcionamento de ginásio apenas com as duas primeiras séries, inclusive em instalações anexas a grupos escolares onde haja curso fundamental completo".

No artigo 132, item III postula-se como regra programática, o "incremento da extensão da escolaridade até o nível de primário complementar ou 1ª etapa do curso ginásial", como possibilidades alternativas. E, ainda uma vez, no artigo 150, se permite que, nesses ginásios menores, funcionando em anexo a grupos escolares, sejam aproveitados professores primários do Estado, que fôrem portadores de diplomas de cursos de Faculdades de Filosofia.

A Lei nº 6014, Lei de Planejamento da Educação, vai mais longe, partindo dessas premissas, e dá prioridade à difusão desses ginásios curtos, contendo apenas o primeiro sub-ciclo.

No Título II, intitulado "das metas", ao estabelecer, no capítulo III, as prioridades de metas do ensino médio, diz no artigo 11, item I, letra a: "atingimento de escolarização universal no sub-ciclo denominado ginásio menor, para o grupo etário de 11 a 13 anos, nas cidades do Grande Recife e cidades sedes de zonas, até 1974 e em tôdas as cidades do Estado até 1977". E reforça no § 1º:

" A implantação do ginásio menor em tôdas as cidades do Estado, ainda que provisoriamente em grupos escolares ou escolas reunidas, é considerada meta de absoluta prioridade e urgência".

À luz desses dispositivos legais e tendo em vista o surto de pedidos e diligências, da parte de deputados, vereadores, prefeitos, pessoas gradas em geral, no sentido de atender à apetência

da população por ensino médio, convém esclarecer um pouco melhor o que vem a ser e qual o papel d'êste ginásio menor.

Convém registrar, nesta introdução que o Conselho Federal de Educação, no Parecer 104/66 da Comissão de Ensino Primário e Médio, que formalizou e reconheceu a instituição do sistema estadual de educação, para fins de transferência, do Ministério da Educação e Cultura para o Estado, da competência para inspeção, teceu referência elogiosa à orientação da Lei Estadual nº 5695: "vale ressaltar, de modo satisfatório, que o Sistema Estadual de Educação de Pernambuco incluiu algumas inovações como a permissão para o funcionamento de ginásios apenas com as duas primeiras séries, o que revela o desejo de estender o ensino médio a um maior número de comunidades" (in Documenta, nº 46, p. 72).

Façamos agora uma recapitulação dos motivos que nos levaram a destacar e definir melhor êste sub-ciclo, instituindo o ginásio menor. A denominação não nasceu aqui mas tem precedente, salvo engano, em Lauro de Cliveira Lima que, inclusive, quando Diretor da Diretoria do Ensino Secundário, tentou despertar interesse pela idéia. E o Conselho de Educação de Brasília, sem chegar a instituir o ginásio menor, enfatizou a distinção dos dois sub-ciclos do ginásio e utilizou as denominações "ginásio menor" e "ginásio maior". (Cf. Indicação nº 8/64, artigos 4º e 24 e quadro anexo, in Documenta nº 26, p. 68 e seg.). (1)

A origem do caso está na questão, subjacente, da extensão da escolaridade. Desde logo nos deparamos com a instituição do primário complementar (quinta e sexta série) permitido pela Lei de Diretrizes e Bases (art. 26, parágrafo único: "os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até 6 anos... nos dois últimos anos... iniciando o aluno em técnicas de artes aplicadas"), cujo maior in

(1) Também no artigo 60 da Lei 812/65 onde se institui o Sistema Estadual de Educação da Guanabara, as duas primeiras séries são destacadas como "Ginásio Fundamental".

Aliás, já em 1952, num depoimento perante a Câmara dos Deputados, discutindo o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, e usando a expressão "patamares" para dividir o curso do segundo grau, dizia Anísio Teixeira:

"devemos encorajar o Estado a criar, nos seus melhores grupos escolares, o primeiro e o segundo ano ginasiais. Seria como se tivéssemos ampliado o curso primário com dois anos complementares de nível secundário" (Cf. Câmara dos Deputados: Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Rio, 1952, pag. 23).

conveniente é o de não possuir equivalência legal com as duas primeiras séries ginasiais, já que a quinta série (tanto quanto a quarta) dá acesso à primeira ginásial, apenas com dispensa (controvertida) de exame de admissão, e a sexta dá acesso à segunda ginásial, mediante exame de adaptação, e não à terceira, havendo, portanto, um decurso de um ano.

A explicação disso é que ainda não havia amadurecido o enfoque no sentido de considerar apenas a extensão da escolaridade, sem pôr muita ênfase na separação dos níveis de ensino, e, principalmente, extinguindo os resquícios de paralelismo entre um pós-primário e o secundário provindo do passado. A LDB foi, assim, influenciada pelo "primário superior" francês, e quiz marcar uma diferença entre este prolongamento de um setor e o outro setor. A consequência é que, "ipso facto", deixou de corresponder à aspiração coletiva. É um problema de psicologia social: as quinta e sexta séries, sendo timbradas ainda de "primário", não correspondem ao desejo das populações pelo status de ensino médio.

Convém recuar, porém, aos fundamentos sociológicos que inspiraram e conduziram a essas inovações legais. O que está implícito vincula-se ao pressuposto da definição da idade escolar, ou seja, de sete a catorze anos. (Pela antiga Constituição e também pela nova).

Ora, teoricamente, o aluno deveria fazer o curso primário (de quatro séries) entre 7 e 11 anos. E, assim, o aluno concluindo o primário com seus 11 ou 12 anos, ainda está na idade escolar até 14 anos. Há, pois, um período de dois ou três anos merecendo análise. Pelo princípio menos feliz da nova Constituição, ele poderia ingressar no trabalho já aos 12 anos, mas, por outro prisma, não o podia no contexto da antiga Constituição (a idade de ingresso ao trabalho era também catorze anos). Criou-se dessa forma, no Brasil, a teoria do "hiato nocivo". Dizia-se que o aluno, concluído o primário, ainda não podia legalmente começar a trabalhar, e ficava durante dois anos num "hiato nocivo", sem trabalhar, e sem fazer ensino (porque não havia ginásio, ou porque, supostamente, o indivíduo não tinha vocação para o ensino médio). Por isso se pugnou pela criação do primário complementar de mais de duas séries (quinta e sexta). A teoria era lógica, sob vários ângulos: primeiro, ninguém nunca deixou de trabalhar por causa de idade legal, e sim por falta de emprego (ou, no outro lado, por não precisar);

segundo, não subsiste mais a separação, a especificidade de curso médio e curso pós-primário, nem mesmo a especificidade dos ramos "propedêutico" e "prático" do ginásio, mas vigora cada vez mais

a idéia de gradativamente ir conseguindo prolongar a escolaridade por etapas ou sub-ciclos;

terceiro, porque estatisticamente era irrelevante naquela época o número dos que ficariam no hiato nocivo, mesmo porque era irrelevante o número dos que concluíam o primário completo. Dados de 1953 mostraram que, nesse ano, 262.144 alunos concluíram a 4ª série primária e deles 21.105 entraram na 5ª série, enquanto a massa de 190.761 entraram no 1º ano ginasial. Teriam ficado no hiato nocivo menos de 60.000;

quarto, porque a maioria concluía - e mesmo hoje isso ainda ocorre -, o 4º ano primário com mais de 12 anos, e não menos. Além disso Lourenço Filho mostrou certa vez, numa entrevista a um jornal, que houve casos e anos, no Brasil, de haver mais gente matriculada na primeira série ginasial do que gente que concluiu o primário no ano anterior. (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 69, 1960 p. 115.

Contudo a tese de "hiato nocivo", falsa em si mesma, aponta para um problema lógico. À medida que fôr aumentando o número de conclusões de curso primário e à medida em que a idade de conclusão fôr baixando (para 11 e 10 anos), um maior número de pessoas, dentro ainda da idade escolar, deverá ingressar no ensino de segundo grau. A longo prazo, poderemos chegar para uma situação-meta final, em que todos farão o primário (quatro séries) de 7 a 10 anos, e, em seguida, o ginásio (quatro séries) de 11 a 14 anos. Mas, antes de lá chegarmos, o que demandará algumas fases, é razoável pensar em um número crescente de pessoas concluindo o ginásio com 12 anos (ou 11 ou 13) e desejando e podendo continuar, se não por todo o ginásio de 4 anos (o que será o caso de uma parcela crescente), ao menos por 2 anos (o que será o caso de uma parcela a princípio crescente e, posteriormente, decrescente em relação à parcela antes mencionada).

Então o ginásio menor, como solução interina (o fim do ginásio menor é acabar sendo um ginásio completo), tem duas funções:

- naqueles lugares onde não pode chegar de logo o ginásio completo, o ginásio menor deve chegar (inclusive porque é a transição, a preparação, o estágio probatório para galgar ao ginásio maior);

- para aquelas camadas populares que não poderão ainda (e talvez não tenham ainda a motivação, a apetência para fazer o ginásio inteiro) o ginásio menor representará um meio termo, uma conquista, de que eles não dispõem atualmente.

Acredito que, ali onde o ginásio chega, sua principal função é a de rasgar horizontes, começar a elevar o índice de racionalidade,

abrir a fenda para a infiltração da mentalidade tecnológica e da transformação social. Creio mais nisso do que em incentivar artesanatos e ofícios. Creio mais em "general skills" do que em "vocati ons" e é por isso que não gosto muito, nem do nome, nem da idéia dos "ginásios orientados para o trabalho". Vejo mesmo uma certa contra dição: eles foram propostos em conjugação com a idéia de esmaecer o caráter "trabalhista" dos antigos ~~ginásios técnicos~~ **logo recapitu** laremos. Acrescento que espere mais de uma orientação no modo de mi nistrar o ensino geral do que nesses adereços de oficinas e equipa mentos. Mesmo porque isso é um pouco caro, e por isso, longe de ser um instrumento educacional de arrancar para o desenvolvimento, esses implementos supõem um certo desenvolvimento e um certo gasto. Mas, se há um "locus" ao qual se aplicaria aquêle lema ou intenção, que tem sua parte de verdade, é este o ginásio menor, na medida em que com êle se visa a uma etapa terminal para muitos alunos, os quais vão, logo em seguida, ingressar nas ocupações (ocupações menos qua lificadas, acrescentemos para serviços honestos e não durar as coi sas). Por isso, se e onde houver equipamentos de artes industriais, êles devem ser transferidos de escolas primárias, ou mesmo de outros ginásios (ginásios completos e até integrantes de colégio), onde es tão, para os novos ginásios menores. Vejo nêles um sub-ciclo que de ve iniciar uma dextreza e uma agilidade mental, junto com uma infor mação elementar, tudo dentro de um clima de escola para um grupo ter minal de camada social popular em localidades pequenas.

Vimos, assim, brevemente, como se desenvolveu a idéia e a proposta do primário complementar. Por outro lado, da parte do ensi no médio, as duas primeiras séries ginásiais, vieram sendo destaca das do conjunto do ginásio. Na evolução dos debates sôbre o ensino de segundo grau, no Brasil, num dado momento, sob a influência do pensamento internacional, surgiu a idéia de evitar que logo no iní cio do ginásio se efetuasse a separação dos ramos (secundário e téc nico). Os dois primeiros anos constituiriam os chamado "tronco co mum" ou "ciclo de observação" (denominação francesa). Posteriormen te isso tornou-se mais ou menos superado. De uma parte porque a FDB, meio paradoxalmente, ainda manteve a separação de escolas espe cíficas (ginásios industriais, normais, comerciais ...) e até duran te algum tempo, houve uma preparação e uma campanha para criar mais ginásios técnicos e menos ginásios secundários; e, por outra parte, porque, ao contrário dessas campanhas (defasadas), o pensamento edu cacional brasileiro evoluiu, agora, para postular a extinção dos ra mos no primeiro ciclo e, assim, haver um só ginásio geral. Seja co

no fôr, o fato é que aquela maneira de ver levou a LDB a destacar as duas primeiras séries ginasiais, no artigo 35, § 3º:

" o currículo das duas primeiras séries do primeiro ciclo se rá comum, a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias".

Embora sem tirar maiores consequências, o Conselho Federal de Educação levou isso em consideração quando fixou os currículos do ensino médio. E, por outro lado, tanto a Diretoria do Ensino Secundário quanto as Diretorias do Ensino Industrial e do Ensino Comercial, sob a mesma inspiração, evoluíram no sentido de retirar das duas primeiras séries ginasiais qualquer sentido "profissionalizante" ou "especializado", como se diz, e, em vez disso, introduzir nessas séries as "artes industriais" ou práticas educativas agrícolas e comerciais ou domésticas. Em vez de qualquer formação "nonotécnica", o que se quer com essas "iniciações" é, conforme dizem os seus pregoeiros, propiciar sondagens vocacionais e despertar aptidões. Dessa forma os ginásios que visavam formação profissional ou encaminhamento para o trabalho aproximaram-se do ginásio secundário e todos êles aproximaram-se do que deveria ser o primário complementar, quanto a êsse aspecto de não ter cunho profissionalizante.

Feita esta recapitulação, passemos ao mérito mesmo do ginásio menor. O que vem êle a ser e o que, com êle, se pretende?

Não se trata de criar nenhuma instituição definitiva, muito menos um tipo especial de formação, completo em si mesmo, dentro do sistema de ensino. Não se pretende - digamos que a proposta não é pretenciosa -, criar ou definir um ramo de ensino, uma modalidade nova de curso. Essa a resposta mais honesta para desarmar a objeção de que o ginásio menor não teria significação em si mesmo, não conduziria a nada. É uma coisa simples, sem nada de recôndito, não tem nenhuma mágica. Trata-se tão somente de dar destaque, para efeitos práticos e provisórios, a um patamar (ou sub-ciclo) da escada escolar, dentro duma dinâmica de progresso gradativo ou, dito de outra forma, dentro de uma perspectiva de escalonamento de metas. É só um mecanismo - em grande parte de natureza psicológica -, para incentivar e a celerar uma etapa de escolarização para um grupo etário. É só isso. É um pouco mais, como se verá.

Justifica-se pelos seguintes motivos e pretende alcançar os seguintes objetivos:

Em primeiro lugar representa um melhor uso alternativo para salas de aula que estão sendo ocupadas com as quinta e sexta séries primárias, nos seguintes aspectos:

- a - corresponde, recapitulemos, ao desejo social de usufruir do prestígio do ensino médio; enquanto as quinta e sexta séries têm o timbre do "primário";
- b - dá melhor utilização aos equipamentos de artes industriais, quando estes existem, que ficam um tanto ociosos, supérfluos, ou suntuários em grupos escolares;
- c - pelo fato de exigir o exame de admissão, centerá um fator de estímulo, uma ocasião de refôrço dos estudos (um exame sempre o é) e uma maneira e ocasião de medir e avaliar os alunos.

Esse ponto merece um esclarecimento. Não se trata de buscar uma seleção. A proposta do ginásio menor é propulsiva da expansão do sistema de ensino e, portanto, não se busca seleção, no sentido em que a palavra é usada, entre nós, para indicar "restrição" ou carência de vagas. Contudo, mesmo sem buscar uma escolaridade seletiva (ao contrário, difusiva), devemos procurar medir, assegurar e melhorar os padrões, sobretudo se há uma situação concreta que causa indagações. Ora, parece ser este justamente o caso, entre nós do primário complementar. Além da inequivalência legal, ocorre também um problema de fato. Os alunos egressos da 5ª e 6ª séries primárias não demonstram bom aproveitamento, segundo dizem os professores de ensino médio. Quando postos em exame de admissão, não somente não tiram os primeiros lugares, como são, por vezes, reprovados. E os alunos da 6ª série, quando postos no 2º ginásial (mediante exame de adaptação), ou mesmo quando postos no 1º ginásial (quando não logram ou não tentam acesso ao 2º ano), apresentam mau rendimento escolar, segundo informam os estabelecimentos. Há alguma coisa aí de errado. Não sabemos explicar, mas se, de fato, há isso, então a 6ª série primária está sendo um fator de perturbação do 1º ano ginásial, e isto é mais um motivo para substituí-lo primário complementar pelo ginásio menor. Por consequência, eu apoiaria a eliminação imediata das 6ª séries primárias, o que daria margem para aumentar vagas para turmas de 1º a 4º ano primário, e a eliminação gradativa das 5ª séries, algumas das quais deveriam persistir, como uma espécie de classe remedial ou de recuperação ou complementação para quem não conseguiu ou não está em condições de passar no exame de admissão. (Por outro lado, embora este não seja o assunto aqui, não quero deixar passar sem registro, que o exame de admissão precisa ser revisto para se adaptar ao nível do 4º ano primário; este por sua vez parece que sofreu uma certa queda de nível, talvez por causa mesmo da existência da 5ª série, e precisa

ser um pouco levantado. Requer-se um processo mútuo de interação entre o 4º ano e a admissão).

Contudo, as justificações mais válidas são da ordem do planejamento. O ginásio menor, de si, deve conduzir ao ginásio maior. Mas, se nas cidades maiores não convém partir para ele e sim, de pronto, para o ginásio completo, nas pequenas cidades e, sobretudo nas vilas (distritos) e mesmo alguns povoados, a fórmula do ginásio menor pode representar uma solução interina para a urgente e imediata extensão da escolaridade. Insisto em que o ginásio é uma etapa ou sub-ciclo do ginásio e não um ramo ou forma nova de curso; o que se tem em mira é fazer expandir logo o início do ginásio para depois expandir o ginásio completo; por consequência a indicação, ora apresentada, visa a fazer uma etapa da expansão através da expansão de uma etapa.

Em muitos municípios pequenos, sobretudo os de recente criação, não há ainda ginásios, mas há uma fome por eles. Contudo nem sempre tais lugares dispõem de recursos materiais e humanos para a criação, a curtíssimo prazo, do ginásio. Seria, então altamente oportuna a fórmula da autorização e reconhecimento, a título precário, de ginásio menor pelo prazo mínimo de dois anos, enquanto há tempo para as medidas que o transformarão num ginásio completo. Essa é a dimensão administrativa, de efeito prático imediato, da instituição do ginásio menor: nas pequenas localidades chegaria ao menos este sub-ciclo.

Mas, creio que por efeito de repercussão, ou contra-golpe sobre o sistema comum, a conceituação e a divulgação da expressão "ginásio menor" ou alguma outra denominação, poderia causar um outro impacto.

Um dos problemas que temos, atualmente, na nossa escola média, é a evasão indisciplinada. De ano para ano, uma porção de alunos abandona os estudos, sem que a etapa percorrida tenha significado ou resultado algum. Talvez, a configuração de um sub-ciclo represente uma motivação para o aluno não mais abandonar ao fim da primeira série, mas fazer mais um ano, para completar o patamar e ganhar um certificado. Se isso acontecer, ganharemos um grande disciplinamento e redução da evasão. E as interrupções serão aceitas ao fim de uma etapa com um certo significado e um certo título para o aluno.

Nas pequenas localidades, bem como para as camadas mais pobres da população, já haveria uma certa etapa, com uma certa completude, uma certa valorização para quem a faz. Creio que poderia insistir na instituição de um certificado a ser dado: ou com a denominação mesmo de certificado de conclusão do ginásio menor, ou outra denominação a ser pensada, como por exemplo, certificado de estudos gerais

elementares ou de ciclo de iniciação ao nível secundário.

Com efeito é alarmante a estrutura da pirâmide de retenção de alunos entre nós, como nos mostra o quadro abaixo.

A N O S	S É R I E S E G I N Á S I O S			
	1ª	2ª	3ª	4ª
1962	18.926	-	-	-
1963	20.700	14.877	-	-
1964	23.601	16.121	12.445	-
1965	-	16.385	13.676	11.092
1966	-	-	15.375	11.447
1967	-	-	-	13.868

São dados de matrícula geral no Estado todo. São naturalmente sujeitos à imprecisão de todos os dados estatísticos, entre nós.

Agora podemos traduzir êsses números absolutos num quadro mais expressivo, que nos dá os índices.

Índices percentuais de evasão.

Série histórica de Matrícula no Ginásio

PERNAMBUCO: 1962 - 1967

A N O S	S É R I E S D O G I N Á S I O			
	1ª	2ª	3ª	4ª
1962	100	-	-	-
1963	100	78,6	-	-
1964	100	77,8	65,7	-
1965	-	77,9	66,1	58,6
1966	-	-	65,1	55,4
1967	-	-	-	58,8

Disponemos de dados para comparar os índices do Recife com os do Interior na série histórica 1963 - 1966 temos:

SÉRIE HISTÓRICA 1963 - 1966

ANO E SÉRIE:	1963 1ª SÉRIE	1964 2ª SÉRIE	1965 3ª SÉRIE	1966 4ª SÉRIE
RECIFE	100	81	67	56
INTERIOR	100	74	64	55

Há uma ligeira vantagem para o Recife. Os números absolutos que fundamentam esta série histórica em índices são os seguintes:

SÉRIE HISTÓRICA EM NÚMEROS ABSOLUTOS

ANO E SÉRIE:	1963 1ª SÉRIE	1964 2ª SÉRIE	1965 3ª SÉRIE	1966 4ª SÉRIE
RECIFE	11.283	9.195	7.603	6.287
INTERIOR	9.417	6.926	6.073	5.190

Tentamos ainda só para o ginásio menor no biênio 1966-1967, para o Estado em geral, obter alguma coisa mais refinada.

Nos quadros a seguir evidenciamos:

1 - a evasão durante o ano letivo (diferença entre matrícula inicial e final) (Quadro I)

2 - a aprovação em face da matrícula inicial e final (Quadro II)

3 - a história dos alunos que iniciam o 1º ano e vão até o 2º ano (Quadro III).

Verifica-se o seguinte:

A evasão, ao contrário do que se propaga, parece ser insignificante: Menos de 2% como média no Estado, sendo que no segundo ano é maior do que no primeiro.

O índice de reprovações é que, com surpresa para mim, mostra-se alarmante. Apenas um pouco mais de 70% dos alunos são aprovados. Há uma ligeira vantagem do segundo ano sobre o primeiro.

Aparentemente a persistência dos alunos na escola é formidável. Considerando os "aprovados no primeiro ano", bem como os "reprovados" e "evadidos" do segundo ano, como candidatos à matrícula no segundo ano, (seja como "naturais" seja como "repetentes"), verifica-se que praticamente todos estão, de fato, no segundo ano. Média de 95% no Estado. Há até um caso curioso: no Recife terá havido mais alunos no segundo ano em 1967, que o total de candidatos. Duas explicações são possíveis (imigração e alguns alunos egressos da 6ª primária).

De qualquer modo a conclusão a tirar é a seguinte: não há quase nenhuma evasão, nem durante o ano, nem na passagem de uma série para outra. Mas o índice de reprovação é incrível e atinge as mesmas proporções encontradas no curso primário.

De um modo ou de outro, seja diante da evasão ou da reprovação, o que temos que fazer é: melhorar os índices de retenção, e proceder a uma melhoria no rendimento escolar e índices de aprovação. Na verdade são os critérios de promoção, articulação que deveriam ser revistos. Não se deveria exigir de quem vai chegar só ao término do ginásio menor o mesmo que se deveria exigir de quem quizesse prosseguir. Mas isso são perspectivas que não são possíveis dentro da estrutura e do sistema em vigor.

ÁREAS	T O T A L			1º A N O			2º A N O		
	Matrícula Inicial	Matrícula Final	% de evasão	Matrícula Inicial	Matrícula Final	% de evasão	Matrícula Inicial	Matrícula Final	% de evasão
ESTADO	47.035	46.254	1,66	26.811	26.509	1,12	20.224	19.745	2,36
I GRANDE RECIFE	23.669	27.985	2,38	16.157	15.767	2,41	12.512	12.213	2,34
II Litoral e Mata Norte	3.579	3.468	3,10	2.091	2.044	2,24	1.438	1.424	4,30
III Litoral e Mata Sul	2.720	2.613	3,93	1.600	1.546	3,37	1.120	1.067	4,73
IV Mata e Agreste Centro	4.063	3.774	7,11	2.412	2.277	5,59	1.651	1.497	9,32
V Agreste Sul	2.290	2.099	8,34	1.275	1.206	5,41	1.015	893	12,01
VI Transição	1.352	2.093	?	1.128	1.251	?	724	842	?
VII Sertão Alto e Araripe	2.304	2.711	?	1.217	1.518	?	1.037	1.193	?
VIII São Francisco	1.558	1.511	3,01	931	900	3,32	624	611	2,55

Á R E A S	T O T A L			1º A N O			2º A N O		
	Aprova- ções	% Matric. Inicial	% Matric. Final	Aprova- ções	% Matric. Inicial	% Matric. Final	Aprova- ções	% Matric. Inicial	% Matric. Final
ESTADO	33.803	71,9	73,1	18.961	70,7	71,5	14.842	73,4	75,2
I Gralle Recife	19.617	68,4	70,1	10.789	66,8	68,4	8.828	70,6	72,3
II Litoral e Mata Norte	2.530	70,7	73,0	1.456	69,6	71,2	1.074	72,8	75,4
III Litoral e Mata Sul	2.184	80,3	83,6	1.276	79,8	82,5	908	81,1	85,1
IV Mata e Agreste Centro	2.858	70,3	75,7	1.665	69,0	73,1	1.193	72,3	79,7
V Agreste Sul	1.661	72,5	79,1	956	75,0	79,3	705	69,5	78,9
? VI Transição	1.627?	87,9	77,7	917	81,3	73,3	710	98,1	84,3
? VII Sertão Alto e Amripe	2.243?	97,4	82,7	1.277	?	84,1	966	88,9	81,0
VIII São Francisco	1.083	69,5	71,7	625	67,1	69,4	458	73,0	75,0

III (Ginásio Menor)

14.

Á R E A S	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Total de	Matrícula Inicial do	
	do 1º ano em 66	no 2º ano em 66	no 2º ano em 66	candidatos ao 2º ano em 67	2º ano em 1 9 6 7	
ESTADO	18.961	4.903	703	24.567	23.364	% 95,1
I Grande Recife	10.789	3.390	294	14.473	14.515	100,3
II Litoral e Mata Norte	1.456	350	64	1.870	1.557	83,3
III Litoral e Mata Sul	1.276	159	53	1.488	1.185	79,6
IV Mata e Agreste Centro	1.665	304	154	2.123	1.917	90,3
V Agreste Sul	956	188	122	1.266	1.098	86,7
VI Transição	917	132	?	1.049	1.035	98,7
VII Sertão Alto e Araripe	1.277	227	?	1.504	1.271	84,5
VIII São Francisco	625	153	16	794	786	99,0

Outro aspecto a que o ginásio menor poderia servir seria o de contribuir para melhorar os índices de adequação etária. Já aludimos a isso acima.

A nosso ver, em futuro médio, - dentro de 4 anos no Recife e 8 no Estado - poderemos ter as crianças fazendo o primário entre 7 e 11 anos. Então deverão fazer o ginásio completo entre 11 e 15 anos. E acabou-se o ginásio menor.

Mas até lá a situação é diversa. Dados de pesquisa, insuficientes, e excessos apurados pela Comissão de Planejamento do Ensino Médio, mostram que apenas 12% dos meninos de 12 anos, nos estabelecimentos oficiais do Estado, têm 11-12 anos (idade adequada). A idade modal é 15 anos, idade que é adequada para a 1ª série colegial.

É que os alunos não fazem a 4ª primária com 10 anos. O Censo Escolar revela que, no Brasil, estão na 4ª série:

Com 10 anos, 13,5%; com 11 anos 22,8%;

Com 12 anos 26,7% (idade modal); com 13 anos 20,7% e o resto com 14 e mais.

Não temos dados para Pernambuco e Recife, mas temos elemento para supor que, no Recife, menos da metade faz a 4ª primária com 10 e 11 e mais da metade com 12 e mais. A idade modal é 11 anos e não 12, como no Brasil.

O ginásio menor é indicado exatamente para esses que terminam o primário com 12-13 e têm ainda um ou dois anos de idade escolar.

Julgo que os ginásios menores devem ser autorizados sobretudo nos turnos diurnos, isto é, para a faixa etária adequada (menores de 14 anos, salvo exceções). O ensino noturno deveria a meu ver ter menor prioridade. No mínimo devíamos fazer uma restrição: se houver ginásio menor noturno, então que, previamente, se assegure a condição de que funcionará também o diurno. Seria um mínimo de observância da prioridade para o ensino destinado ao grupo etário apropriado.

O ginásio menor noturno poderá e mesmo deverá surgir depois. De fato a nossa Lei 5695 entreabre perspectivas, nos artigos 43 e 84, para um prolongamento do ensino supletivo até ao nível de ginásio menor e uma articulação íntima com a preparação para o exame de madureza. Uma sequência:

Classe de alfabetização - classe de recuperação intensiva do primário fundamental - dois anos do ginásio menor - seria viável e convidativo.

Em seguida o aluno prestaria exame de madureza.

Seria o tipo de programa adequado para a faixa 12-18 anos. Primário supletivo aos 12-14 seguido do ginásio menor noturno aos

14-16 o que já seria um grau terminal muito bom para os que ingressarão na "não de obra".

E em seguida, madureza ou ginásio maior.

O que se deve ter em vista é que a instituição e a difusão do ginásio menor deve ser uma oportunidade para melhorar os índices de adequação da idade de ingresso ao ginásio. Em vez de termos como idade-média, para a primeira série ginásial, 14 ou 15 anos, deveremos obter que esta baixe para 12 e 11 anos. A inexistência de ginásios diurnos tem contribuído para o fenômeno que estamos apontando, pois, legalmente, o aluno só pode ingressar no ginásio noturno com 14 anos. Há também um fator psicológico: os alunos que não esperam fazer o ginásio completo, ao terminarem o primário aí param; se eles tiverem o convite para um curso curto de nível médio, que lhes dá um status, ver-se-ão motivados a fazê-lo; e daí, quem sabe, alguns continuarão.

Aliás, para não deixarmos passar um detalhe, a instituição do ginásio menor poderá eventualmente ajudar o planejamento da matrícula. Uma vez que de 100 alunos que ingressam no ginásio somente 60 chegam ao terceiro ano, nós poderíamos tentar duas coisas:

primeiro: fazer com que em vez de 75 chegarem ao segundo ano, todos (quase) o façam; então, em vez de 60, talvez uns 75 ingressem no ginásio maior;

segundo: articular um número maior de ginásios menores com um certo número de ginásios, utilizando toda a capacidade que esses possuem no que se relaciona com o sub-ciclo terminal.

Um menor número de salas ocupadas com ginásio maior é suficiente para atender ao fluxo (reduzido em tamanho) que vem do ginásio menor. É por isso que convém manter (não causará ponto de estrangulamento adicional) ginásios menores, utilizando, eventualmente, salas ocupadas com o primário complementar, como autoriza nossa Lei. Quando digo uso de salas que estão sendo ocupadas com as 5ª e 6ª séries, isso pode ser entendido de dois modos: ou bem extinguir classes de primário complementar e nas mesmas salas instalar ginásio menor, ou bem transferir para estas salas de 5ª e 6ª séries (situadas em grupos escolares) classes primárias que estejam funcionando em escolas reunidas ou escolas isoladas, e, então, aproveitar uma escola reunida de duas salas de aula, (cujo aluno do primário foi transferido para um grupo escolar) e nela instalar um ginásio menor. Esta última solução me parece, aliás, em tese, preferível e muito melhor.

De modo geral eu sugeriria que, nos municípios o ginásio menor fôsse criado numa escola reunida de duas salas, desde que transportando os alunos para algum grupo escolar, porque as escolas isoladas e reunidas representam um problema no nosso ensino primário.

De qualquer modo é absolutamente necessário evitar a construção de prédios para ginásios menores. Os prédios devem ser construídos para ginásios completos. Os ginásios menores devem ser instalados provisoriamente, em salas de escolas primárias, prédios alugados ou onde fôr possível, justamente enquanto os prédios fôrem construídos. A construção é uma maneira de retardar o funcionamento dos programas no Brasil; enquanto se constroi o prédio para o programa, o programa não funciona. No caso, o que interessa é justamente instalar logo, rápido, o ginásio menor, na fase em que não se pode ter um prédio e durante a fase em que se faz o prédio. Mas, êste quando chegar, então é hora de ter o ginásio completo. Mais uma vez vê-se que o ginásio menor não pretende ser senão uma escola a caninho, quase que uma solução de emergência, não uma coisa definitiva, uma solução final e estética.

Quando ao professorado, digamos que quando a nossa Lei falava aproveitamento de professoras primárias que têm curso de Faculdade de Filosofia (e há muitas nessas condições no nosso quadro de professorado, contudo, infelizmente para o caso, quase sempre apenas nas maiores cidades, que não são as que precisam de ginásio menor), a nossa Lei ainda está sendo exigente. Porque todos sabemos que há Decreto do Ministério da Educação (Decreto nº 53.582 de 21.2.64, Documenta 24, p.58) que autoriza os alunos das duas primeiras séries dos cursos de Faculdades de Filosofia a ensinar nas séries ginasiais quando (mas isto é caso geral) não houver professores titulados. (O Parecer nº 354/63 do CFE já dera autorização aos alunos das duas últimas séries - cf. Documenta nº 22, 1963).

Pode-se cuidar, além disso, de conseguir que o ensino de uma turma do ginásio menor nunca seja atribuído a mais de três professores, um dos quais podendo também encarregar-se das práticas educativas, como "encarregado de classe". Há várias combinações possíveis para que cada professor se encarregue de 2 ou 3 matérias. Dessa forma faríamos o trânsito da situação típica de escola primária (um professor por turma), para a situação usual do ensino secundário (muitos professores por turma).

Creio, pois, que seria possível, recrutar um professorado de emergência para os ginásios menores, com professoras primárias e outras pessoas que tenham algum curso superior, completo ou incompleto.

Vê-se pois, quais as virtualidades que o ginásio menor contém, e quais as vantagens de que se beneficia, quanto ao nível de concessões que se pode fazer em relação às exigências, reduzidas na proporção correspondente àquilo que êle pretende ser, ou quanto aos expedientes e artifícios de emergência de que se pode valer. Podemos então passar um último ponto, talvez o mais importante, o do conteúdo ou currículo.

Quanto ao currículo, o ginásio menor poderia ser reduzido às cinco matérias obrigatórias do ensino do primeiro ciclo. Além dessas conteria alguma prática educativa de caráter prático (relevamos o trocadilho), como artes industriais, ou mais simplesmente trabalho manual, corte e costura, desenho livre ou criativo, ou qualquer outra. Somente quando houver possibilidade no local deverá ser incluída a língua estrangeira, isso mesmo creio que em caráter facultativo ou optativo. Digamos algo mais detalhado:

Português: redação de carta, ofício, relatórios breves e, naturalmente, redação criativa (composição); e, ao lado, leitura silenciosa, leitura, saber ler interpretando, fazer ler a antologia nacional, aquêles clássicos poemas, contos, textos que fazem uma espécie de patrimônio evocativo comum nacional e ler jornal;

Matemática: fração ordinária e decimal (sem complicações como "achar a geratriz de uma periódica"), sistema de pesos e medidas, regra de três, juros simples, noção de incógnita, figuras e áreas de polígonos;

Ciências: o programa que se costuma dar e que não exige de maneira nenhuma, está a depender de laboratórios e material didático especial (a ausência disso é uma desculpa para as omissões);

Geografia e História: aqui, obedecendo a uma recomendação do Conselho Federal de Educação e por uma questão de manter uniformidade com o currículo adotado, no Estado, para o ginásio "tout court", deve ser Geografia e História do Brasil. Mas é uma coisa de que, em tese, eu discordo frontalmente. Acho que o menino que estudou História e Geografia do Brasil no primário, não tem nenhuma motivação ou vantagem em repetir isso no início do ginásio (não cabe falar aqui em reciclagem, porque não há maturidade para permitir que a recapitulação seja definida com sendo em outro nível de estudos). Muito melhor, pois, como já o faz a nossa quinta série primária, seria abrir para Geografia Universal e História Geral. Eu acho que muito mais importante do que muita coisa que se diz "útil" ou "concreta" ou mesmo "patriótica" e cívica, é abrir a mente do menino, rasgar perspectivas e alargar horizontes quando lhe descobrimos e revelamos, e fazemo-lo discernir panoramicamente que há um passado longo atrás dêle e um

espaço amplo e cheio em torno dele. De modo que, por mim, advogaria uma revisão do assunto, para colocar no sub-ciclo inicial do ginásio um descortínio geral da História, seguido de um perpassar pela pré-História e pela História antiga, e restauraria, talvez, aquilo que, no meu tempo, se chamava "Geografia Astronômica", que estudei no primeiro ano ginasial, e que tem a seu favor ao menos a motivação da aventura espacial, ou, de qualquer modo, preferiria, nesse sub-ciclo, uma visão geral da Geografia em dois sentidos: no sentido de conceituação dos fenômenos geográficos e no sentido descritivo de visualização global do mundo (global aqui vem a talho de feixe aplica-se ao globo).

Língua estrangeira: dispensável. Não creio que isso causasse problemas: primeiro porque, em tese, não é necessário que todos os ginasianos sigam um mesmo modo de estudar língua estrangeira (estudando a mesma língua, do mesmo jeito, começando no primeiro ano); segundo, porque muitos meninos do ginásio menor, a maioria, não iriam fazer o resto do ginásio; terceiro, porque para os que o fizerem, poderá haver fórmulas de adaptação, com um pouco de esforço e imaginação.

Ali onde houver possibilidade de ministrar a língua estrangeira, ela pode ser acrescentada no currículo (optativa ou mesmo facultativa).

Quanto ao problema das práticas educativas creio que, mais importante mesmo do que qualquer veleidade de "artes industriais" e ensino técnico ou "prático" (oficinas, práticas agrícolas, etc), melhor seria uma coisa simples (só que as coisas simples não agradam, exatamente porque não tem esse verniz pomposo), tal como haver um instrutor, uma pessoa que não precisa ser especializada, mas que precisa ser uma pessoa capaz de ficar com os alunos, em certas horas, para animá-los, para incentivá-los, sem precisar nenhum tecnicismo, a fazer um pouco de banda de música, ou batucada, desfile, passeio, bate-bola, "pelada", atletismo (simples, sem técnicas, sem vestuários especiais, sem equipamentos). Em teoria, eu preferiria (se não houvessem outras soluções e caminhos) esse "animador", mais ou menos próximo da professora de "recreação" do ensino primário, do que os presumidos especialismos com um professor de educação física, outro de "vocacionais", outro de música...

Esse instrutor ou monitor de práticas educativas, esse "chargé de classe", eu lhe daria muita importância, quase diria, num arruibo, que daria mais importância a essa figura, do que aos professores. Ele é que seria o homem que tem a bola, que guarda a bate

ria, que compra o jornal e a revista para o clube de leitura, que serve de juiz na "pelada" num terreno próximo, o homem que "dá um jeito", "quebra o galho" e "arranja" coisas como discos, cartazes, violão, martelo, tábua, bicicleta emprestada, o homem que "faz a festa", no sentido figurado e no sentido literal de coordenar as festas escolares, liderando os alunos, desde as tarefas de fazer trabalhos materiais (serrar, pintar, colar) até os trabalhos de publicidade e desempenho.

Além do currículo ser, assim, reduzido ao mínimo (mas isto, na verdade não significa, na situação concreta, grande diferença em relação ao currículo comum), admitiria a redução dos programas ao mínimo, a um pouco mais, quer dizer: caberia aos professores examinar, dos programas adotados, aquilo que é essencial e aquilo que tem um caráter mais prático ou mais útil, na vida comum, sobretudo aquilo que é mais acessível e tem mais fácil motivação e receptividade da parte de aluno comum, uma vez que o ginásio menor não vai atender a camadas de elite, muito ao contrário.

Não falo de didática e metodologia porque não haveria nada que dizer diferente essencialmente do que se deve dizer sempre que se fala do menino do segundo grau, cada um dentro de suas linhas divergentes, dentro desse campo controverso. Mas, enfim, insistiria, em relação a matemática, porque a matemática tem hoje um lugar central, que o importante é a didática, e importante é fazer raciocinar, é fazer conceituar, é evitar que se crie o bloqueio. E, de modo geral, diria coisas análogas das demais disciplinas.

Com essas considerações espero ter justificado esta proposta para a seguinte Indicação a ser feita pelo Conselho Estadual de Educação ao Departamento de Educação Média da SENEAC.

Creio que a Indicação deve ser bastante genérica. O Conselho inspira uma diretriz, cabe à Secretaria (no caso o DEM) elaborá-la, subsidiando o Conselho, e, no fim, o assunto volta ao Conselho para resolução ou regulamentação. Este vai-e-vem entre Conselho e a Secretaria tem sido uma orientação geral que tantamos seguir.